

# Carta da Terra e do Povo já tem minuta

Em busca de novo paradigma

por Washington Novaes  
do Rio  
(Especial para a  
Gazeta Mercantil)

“Esta é a Carta da Terra e do Povo”, disse ontem o presidente do Conselho da Terra, Maurice Strong, ao apresentar na Rio + 5 o texto final aprovado pelos que o discutiram nesta conferência, mas que ainda será apresentado à Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), novamente discutido em âmbito mundial e reapresentado à Assembleia-Geral da ONU, provavelmente no ano 2000. Não será apresentado a governos.

Mikhail Gorbachev, o ex-chefe de governo da URSS, acha que “fora dos governos é mais fácil en-



Maurice Strong

contrar um novo paradigma para substituir o que está em vigor no mundo há 300 anos”. No seu entender, “a civilização atual chegou ao seu fim, exauriu suas possibilidades. Temos de chegar a um consenso sobre novos valores”. (Cont. A-4)

■ NACIONAL

# Em busca da consciência ambiental

Desafio é forçar os países ricos a honrar compromissos de desenvolvimento sustentável

por Washington Novaes do Rio (Especial para a Gazeta Mercantil)

Um fantasma assombra os participantes da Rio + 5, freqüenta cada sala dos workshops e das reuniões abertas: como transformar em práticas concretas as dezenas de milhares de páginas com idéias, propostas, estudos, relatos sobre os caminhos do desenvolvimento sustentável? Como fazer para que os belos princípios e recomendações da Carta da Terra permeiem as ações de cada governo em cada país, assim como os movimentos dos empresários? Como criar em cada cidadão a consciência capaz de eleger governantes comprometidos com essa tese? Como transformar essa consciência em movimentos sociais tão poderosos que os governos não tenham outro caminho que não incorporar esse conceito e mudar suas práticas, esboçando as velhas mediações políticas eleitorais e fisiológicas? Como forçar os governos dos países mais ricos a cumprir os compromissos que assumiram na Rio 92, de repassar como ajuda aos mais pobres pelo menos 0,7% de seu PIB? Como levá-los a cumprir as convenções das mudanças climáticas e da biodiversidade que assinaram?

Não há fórmulas mágicas, panacéias universais. Por isso, o fantasma freqüenta os pronunciamentos como freqüenta as conversas nos bastidores.

Ao longo dos últimos dias, houve momentos difíceis entre representantes das ONGs e do governo brasileiro, por causa de um tema relacionado com essa questão. As ONGs não gostaram de ver a Comissão do Desenvolvimento Sustentável, implantada pelo governo, ser colocada no âmbito da Câmara de Recursos Naturais, sob coordenação da Casa Civil da Presidência. Menos ainda de não terem autonomia absoluta para indicar os cinco representantes da sociedade na Comissão. Já os seus interlocutores governamentais argumentavam que sem essa fórmula, sem a força impositiva da própria Presidência, seria difícil levar as questões ambientais e da Agenda 21 a permear a ação de todo o governo, de cada ministério (representado na Comissão). O tempo dirá quem tem razão.

No âmbito mais geral da conferência, o dia de ontem foi pródigo em discussões em torno desse mesmo tema.

Logo cedo, antes mesmo que lhe cobrassem, James Wolfensohn, do Banco Mundial, antecipou-se e foi adiantando que a instituição está se transformando, mudando os critérios de avaliação dos projetos, para incorporar mais amplamente as questões ambientais e os propósitos da Agenda 21. Mais tarde, lembraria que nos projetos nessas direções o banco já cobra só uma taxa simbólica de juros, de um quarto de um por cento — o que lhe proporciona um rendimento anual de apenas 12,5 milhões de dólares, nesses projetos, uma ninharia.

James Speth, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mesmo entendendo que tem havido progressos, reconheceu que nada avançará — nem a paz, nem o combate à fome e à pobreza, nem a democracia, nem os direitos humanos, nem o combate à droga e ao terrorismo — nada avançará sem desenvolvimento sustentável. E os países ricos não estão ajudando como deviam, não cumpriram os compromissos de 92. Embora ache que há avanços, com o crescimento das ONGs e sua participação nas decisões, tem uma proposta concreta: criar a Organização Mundial do Meio Ambiente, capaz de desenvolver programas mundiais de monitoramento dos problemas e dos acordos, capaz ainda de dialogar com a Organização Mundial do Comércio, de coordenar, se necessário, o trabalho dos ministros de meio ambiente. Ficaria uma pergunta, e quem vai mandar nessa nova organização, ditar seus rumos?

Stephan Schmidheiny, do World Business Council for Sustainable Development, reconheceu que no mundo dos negócios muitas ações trabalham contra esse objetivo, a começar pelos mercados futuros, “que descartam o futuro”. Concorda que será preciso introduzir a contabilidade ambiental nesse mundo dos negócios, fazer esses custos chegarem aos preços. Propõe a eliminação de subsídios, “introduzidos em grande parte pelos interesses políticos na reeleição”,



porque eles “estão ajudando a destruir o meio ambiente”. Sugere deslocar impostos da produção e da renda para os que geram poluição, como forma de gerar empregos. “O desenvolvimento sustentável precisa ir para o centro das políticas”, enfatizou.

Mas já haverá clima para isso no mundo dos negócios? — talvez caiba perguntar. Ele acha que sim. “É uma megatendência que tem impacto no mundo dos negócios, no consumo, no modo de viver. Não pode ser ignorada. E não se pode perder tempo: “Nas duas horas desta sessão, mais 20 mil pessoas terão nascido no mundo. Nos cinco anos desde a Rio 92, foram 450 milhões, três Brasis”. E já haveria muitos sinais dessa megatendência chegando aos negócios: leis ambientais restritivas da produção, empresários poluidores presos,

compradores que discriminam produtos, sinais nos bancos, nas seguradoras que têm prejuízos por questões ambientais. Sinais até nas casas dos empresários, onde os filhos perguntam se a empresa do pai é poluidora. A chave para a mudança estaria na criação de incentivos adequados para as mudanças nesse mundo (só que aí começaria a disputa pela distribuição da renda — poder-se-ia comentar).

Katia Drager Maia, do Fórum das ONGs, também preocupada com a ampliação do campo do desenvolvimento sustentável, garantiu que as ONGs não querem substituir o Estado, nem querem ser o protagonista único do espetáculo. Mas querem apressar o tempo das decisões econômicas, administrativas, parlamentares.

Mais tarde, a questão se complicou. Os jovens queixaram-se

de que estão excluídos do processo decisório. Gorbachev disse que a mídia não está cumprindo seu papel, não está ajudando o desenvolvimento sustentável o quanto deveria. A líder feminista norte-americana Bella Abzug lembrou que em duas horas de discussão sequer se havia mencionado as mulheres, que são na verdade as administradoras de fato do meio ambiente e da sustentabilidade.

Tudo bem complicado. E deixando a sensação de que o caminho ainda está por fazer.

A Rio 92 fez o diagnóstico da doença universal. A Rio + 5 está mostrando que os remédios propostos ali ou não funcionaram ou sequer foram ministrados. São necessários outros.

Fórmulas no papel não faltaram nestes últimos nove dias. Veremos em 2002 se eram viáveis.

# Carta da Terra e do Povo já tem minuta

por Washington Novaes do Rio (Especial para a Gazeta Mercantil) (Continuação da página A-1)

Tem-nos faltado coragem para levar à prática o que foi definido em 1992 e já não podemos perder tempo, “porque os ecossistemas estão sofrendo muitos impactos”, disse Gorbachev. Precisamos fazer uma transição populacional também, porque o uso de recursos naturais na produção e consumo multiplicou-se muitas vezes. Os danos à biosfera podem tornar-se irreversíveis e “levar ao desaparecimento da humanidade”: 140 ganhadores do Prêmio Nobel já disseram isso há cinco anos: “Com as tecnologias atuais, em 30 ou 40 anos acontecerão essas mudanças irreversíveis na biosfera”.

Mas, entende ele, não devemos ser pessimistas. Devemos pensar que podemos fazer algo, encontrar novos caminhos para o ser humano e suas relações com a natureza. Só que temos pouco tempo: “Não podemos esperar que o destino aja sozinho. Temos que tomar decisões. Não estou pedindo que pare a evolução da raça humana, e sim que encontremos os formatos apropriados, que respeitem as culturas, as tradições, os valores espirituais, religiosos”.

Ele disse estar consciente de que a transição é difícil, porque é difícil superar as visões antigas, chegar a mudanças radicais na relação com a biosfera. Por isso, a sociedade, no mundo todo, tem de pressionar. E chegar a um novo estágio, comandado pela solidariedade — sem esta “não há nem como abordar o problema da pobreza, que é o número um em muitos lugares”.

Será preciso cuidado, entretanto, para não repetir os erros do passado,

“como o da utopia comunista”. Só que agora se propõe, no lugar, a ocidentalização das pessoas. “Não se pode impor isso”, advertiu. Também advertiu para que “os que têm superioridade política e militar” não imponham seus modelos: “Somos iguais, somos irmãos, somos seres humanos”.

Gorbachev disse estar observando o processo de modernização em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. E deu um conselho: não deveríamos, aqui, imitar os países industriais, nem mesmo o Leste asiático; deveríamos buscar um modelo capaz de revelar o potencial da nossa sociedade.

Condenou, da mesma forma, a tentativa de impor na Rússia os padrões do Fundo Monetário Internacional (FMI), que se chocam com as culturas e tradições do povo.

É preciso, para chegar a um novo tempo, “eliminar o medo do futuro”, sentença o líder russo. “Não podemos nos refugiar no escapismo, transformarmo-nos num grão de areia no deserto”.

Foi aplaudido de pé pela platéia. Depois dele, a cantora Mercedes Sosa:

“Onde reina a pobreza, reina a morte. A lei é injusta” — começou ela. “Se há fome nas ruas, com crianças abandonadas, as esperanças se destroçam”.

O sistema que nos governa — prosseguiu Mercedes, é injusto, “sem amor à Mãe Terra”. É preciso mudá-lo. Para isso servirá a Carta da Terra, para fortalecer os valores da vida, ajudar a cada pessoa a mudar seus valores”.

E cantou “Gracias a la vida”. Também terminou aplaudida de pé, logo que disse as últimas palavras: “Vamos caminhar”.

## “Ou cuidar da Terra ou participar da autodestruição”

A Terra é o nosso lar e o lar de todos os seres vivos. A própria Terra está viva. Fazemos parte de um universo em evolução. Os seres vivos são membros de uma comunidade de vida interdependente dotada de uma diversidade magnífica de formas de vida e de culturas. Sentimo-nos humildes ante a beleza da Terra e compartilhamos da reverência à vida e às fontes do nosso ser. Damos graças pela herança que recebemos das gerações passadas e abraçamos nossas responsabilidades para com as gerações presentes e futuras.

A Comunidade da Terra vive um momento de definição. A biosfera é governada por leis que desprezamos a nosso risco. Os seres humanos adquiriram a capacidade de alterar radicalmente o meio ambiente e os processos de evolução. O tecido da vida e os alicerces da segurança local e global são ameaçados pela falta de visão e pelo mau uso do conhecimento e do poder. Há muita violência, pobreza e sofrimento em nosso mundo. Uma mudança fundamental em nossa rota se faz necessária.

A escolha está diante de nós: cuidar da Terra ou participar de nossa autodestruição e da destruição da diversidade da vida. É preciso reinventar a civilização industrial-tecnológica e encontrar novas formas de equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade, o ter e o ser, a diversidade e

a unidade, o curto prazo e o longo prazo, o gastar e o nutrir.

Em meio a toda nossa diversidade, somos uma humanidade e uma família Terra com um destino comum. Os desafios que defrontamos impõem uma visão ética abrangente. E imperioso forjar parcerias e promover a cooperação nos níveis local, biorregional, nacional e internacional. De forma solidária entre todos e com a comunidade de vida, nós, os povos do mundo comprometemo-nos a uma ação orientada pelos seguintes princípios interrelacionados:

1. Respeitar a Terra e toda vida. A Terra, toda forma de vida e todos os seres vivos possuem um valor intrínseco e têm direito ao respeito; sem levar em conta seu valor utilitário para a humanidade.
2. Cuidar da Terra, protegendo e restaurando a diversidade, a integridade e a beleza dos ecossistemas do planeta. Onde houver risco de dano grave ou irreversível ao meio ambiente, uma ação preventiva deve ser adotada a fim de evitar prejuízo.
3. Viver de modo sustentável, promovendo e adotando formas de consumo, produção e reprodução que respeitem e salvaguardem os direitos humanos e a capacidade regeneradora da Terra.
4. Instituir justiça e defender, sem discriminação, o direito de todas as pessoas à vida, à liber-

dade e à segurança pessoal, dentro de um meio ambiente adequado para a saúde humana e o bem-estar espiritual. As pessoas têm direito à água potável, ar puro, solo não contaminado e à segurança alimentar.

5. Compartilhar equitativamente os benefícios do uso dos recursos naturais e de um meio ambiente saudável entre as ações, entre ricos e pobres, homens e mulheres, e gerações presentes e futuras, internalizando todos custos ambientais, sociais e econômicos.

6. Promover o desenvolvimento social e sistemas financeiros que criem e mantenham meios sustentáveis de subsistência, erradiquem a pobreza e fortaleçam as comunidades locais.

7. Praticar a não-violência, reconhecendo que a paz é o todo criado por relações harmônicas e equilibradas consigo mesma, com outras pessoas, com outras formas de vida e com a Terra.

8. Fortalecer processos que capacitam as pessoas a participar efetivamente no processo decisório e que assegurem a transparência e o dever da prestação de contas no exercício do governo e na administração de todos os setores da sociedade.

9. Reafirmar que às Populações Nativas e Tribais cabe um papel vital no cuidado e proteção da

Mãe Terra. Elas têm o direito a preservar sua espiritualidade, seus conhecimentos, terras, territórios e recursos.

10. Afirmar que a igualdade de gênero é um requisito do desenvolvimento sustentável.

11. Assegurar o direito à saúde sexual e reprodutiva, com preocupação especial para com as mulheres adultas e jovens.

12. Promover a participação dos jovens, na qualidade de agentes responsáveis de mudança, visando à sustentabilidade local, biorregional e global.

13. Fazer avançar e aplicar o conhecimento científico e de outras naturezas, bem como tecnologias, que promovam meios de vida sustentáveis e protejam o meio ambiente.

14. Assegurar que todas as pessoas tenham, ao longo de sua existência, oportunidades de adquirir o conhecimento, os valores e as habilidades práticas necessários para criar comunidades sustentáveis.

15. Tratar todas as criaturas com bondade e protegê-las da crueldade e do aniquilamento arbitrário.

16. Não fazer ao ambiente dos outros o que não queremos que façam ao nosso.

17. Proteger e restaurar áreas de extraordinário valor ecológico, cultural, estético, espiritual e científico.

18. Cultivar e praticar um sentimento de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da Comunidade da Terra. Toda pessoa, instituição e governo tem o dever de promover metas indivisíveis de justiça para todos, sustentabilidade, paz mundial, respeito e cuidado para com a comunidade de vida mais ampla.

Ao abraçar os valores desta Carta, poderemos formar uma família de culturas que permita o pleno desenvolvimento do potencial de todas as pessoas em harmonia com a Comunidade da Terra. Temos de manter viva a fé nas possibilidades do espírito humano e um profundo senso de pertencimento ao Universo. Nossas melhores ações não de concretizar a integração do conhecimento com a bondade.

Para desenvolver e implementar os princípios desta Carta, as nações do mundo deverão adotar numa primeira etapa uma convenção internacional que proporcione um quadro jurídico integrado para a legislação e as políticas atuais e futuras sobre o desenvolvimento ambiental e sustentável.

## FHC defende “imposto verde”

“Os responsáveis pela degradação devem financiar o novo ambiente”

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem, no Rio, aos participantes da Conferência Rio + 5, a criação de mecanismos de financiamento para projetos de desenvolvimento sustentado mediante a punição para poluidores ambientais, com o pagamento de multas. “É preciso criar alguns conceitos, de coerção moral, que faça com que a reconstrução de uma nova situação ambiental seja financiada, em grande parte, por aqueles que são responsáveis pela degradação do ambiente”, disse Fernando Henrique.

A tese defendida pelo presidente é o principal argumento para a criação do chamado “imposto verde”, estudado pelo Ministério do Meio Ambiente, que poderá incluir a taxa do consumo de gasolina para financiar a continuidade do Proálcool. O presidente, no entanto, evitou defender diretamente a criação do imposto, a pedido do próprio ministro Gustavo Krause que lhe acompanhava no evento.

“O ministro Krause me pediu, no avião, que eu não usasse a palavra imposto porque a imprensa daria manchete amanhã, e me sugeriu uma ex-



Fernando Henrique Cardoso

pressão que eu gostei muito, que é ‘o poluidor tem que pagar’”, disse Fernando Henrique, deixando Krause constrangido com a revelação. O ministro negou-se a falar sobre o assunto e Fernando Henrique disse depois que não estava defendendo a criação do imposto mas apenas falando de um princípio geral para a humanidade.

No discurso dos participantes da Rio + 5, o presidente ressaltou, no entanto, a incapacidade do governo de fiscalizar a preservação ambiental, questionando a eficácia das próprias medidas tomadas nesse sentido pelo seu governo.

“Eu acabei de baixar uma lei proibindo a exportação de mogno por dois anos. Será que vai ser eficaz ou isso vai incentivar mais ainda a destruição da árvore e o contrabando? E qual é o elemento de controle que nós dispomos? Onde é que está o Estado? Mas nessas regiões quase não há Estado, quase não há governo, quase não há instituições públicas capazes de impor a lei”, afirmou. Segundo ele, a eficácia não depende só da consciência, mas também da existência de formas organizacionais que levem às decisões através de mecanismos neo-governamentais.

Fernando Henrique também criticou a burocracia existente na aprovação de leis e de financiamento para projetos de desenvolvimento sustentado. “Os processos são lentos, enervam. No Congresso brasileiro levamos de três a quatro anos para uma lei ser aprovada”, afirmou Fernando Henrique, atribuindo as dificuldades à burocracia e aos interesses políticos.

O discurso do presidente não teve apenas o tom desanimador. afirmou que, atualmente, os progressistas são otimistas e os conservadores é que são pessimistas.

## Presidente do Bird anuncia investimentos

por Fátima Laranjeira do Rio

Os empréstimos do Banco Mundial (Bird) para o Brasil, que atingiram US\$ 1,5 bilhão no ano passado, deverão crescer nos próximos três anos, disse ontem o presidente da entidade, James Wolfensohn, que está participando da conferência Rio + 5. Wolfensohn, que reavaliou os projetos atualmente desenvolvidos pelo Bird com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com vários governadores de estado nos últimos dias, contou que a produtividade dos programas no Brasil dobrou em razão de uma reavaliação feita com o governo brasileiro desde 1995.

“O Bird deverá dar mais atenção ao programa de estabilização da economia brasileira e à educação, que é central para o desenvolvimento do País”, disse. Ele afirmou que o Bird está passando por um processo de mudança, para evitar antigos erros com o financiamento de projetos nocivos ao ambiente, e que a entidade está fazendo uma rigorosa avaliação econômica, social, ambiental e humana dos projetos que serão financiados.

O banco está empenhado em dirigir seus empréstimos para atingir o desenvolvimento sustentado através de uma “base científica” para avaliar a interrelação dos atos com as pessoas, disse Wolfensohn. “Poucos compreendem cientificamente o progresso e muitas vezes as decisões são tomadas com base apenas no curto prazo, sem avaliar os impactos ambientais futuros”, criticou.

O presidente do Bird afirmou ainda que quer fazer um “banco de conhecimento” para que os clientes recorram a ele para saber as melhores práticas de desenvolvimento realizadas no mundo.

Segundo Wolfensohn, o setor privado aumentou seus investimentos para os países em desenvolvimento nas últimas décadas. Atualmente, o Bird transfere anualmente para essas nações US\$ 55 bilhões, mas o volume investido pelo setor privado é cinco vezes maior, chegando a US\$ 270 bilhões ao ano. Ele contou que a meta é aumentar em US\$ 250 milhões os recursos nos próximos três anos e que o banco está desenvolvendo parcerias principalmente com os governos.